



DOSSIÊ

Infâncias Decoloniais, Interseccionalidades e Desobediências Epistêmicas

Maylla Monnik Rodrigues de Sousa CHAVEIRO, *Instituição*

Luzinete Simões MINELLA, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Resumo. O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as articulações entre os seguintes conceitos: infâncias, decolonialidade, interseccionalidade e desobediência epistêmica. O artigo se fundamenta epistemologicamente em algumas perspectivas teóricas interdisciplinares e decoloniais, e a metodologia se baseou na observação participante em marchas e encontros de valorização da estética negra entre 2014 e 2019 em nove capitais do Brasil. Em um primeiro momento, sintetizamos articulações teóricas entre o pensamento decolonial e as noções de infâncias segundo Jens Qvortrup e Renato Noguera. Posteriormente, discutimos infâncias em perspectivas interseccionais. Por fim, destacamos que a estética dos cabelos crespos em movimento é capaz de oferecer condições simbólicas e subjetivas para que se desenvolvam novas perspectivas de resistência aos campos ideológicos do racismo, com o protagonismo das crianças negras, por meio da desobediência epistêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Infâncias Decoloniais. Interseccionalidades. Desobediências Epistêmicas. Crianças Negras. Cabelo Crespo.



Introdução

Este artigo é parte de uma tese de doutorado¹ que buscou analisar a articulação entre as relações étnico-raciais, infâncias e estética negra a partir das informações obtidas através da observação participante realizada em marchas e encontros de valorização do cabelo crespo e da revisão da literatura da área. Foram realizadas observações participantes durante o período de 2014 a 2019 em Marchas do Orgulho Crespo, Marchas do Empoderamento Crespo e Encontros de Crespas em nove capitais brasileiras (Salvador - BA, Rio de Janeiro-RJ, São Paulo - SP, Florianópolis - SC, Curitiba - PR, Porto Alegre - RS, Goiânia - GO, Mato Grosso - MT e Mato Grosso do Sul - MS). No decorrer dessa pesquisa de campo, paralelamente ao estudo das participantes adultas das Marchas, desenvolvemos análises e interpretações sobre a presença de crianças nas Marchas e nas oficinas embasadas na tradição da oralidade, nas quais são contadas histórias africanas pré-coloniais, contribuindo para a elaboração da sua consciência histórica e política acerca dos saberes ancestrais africanos.

Com base nos resultados desta pesquisa, propomos neste artigo articulações entre: a) infâncias, b) decolonialidade, c) interseccionalidade e d) desobediência epistêmica; fundamentadas metodologicamente em perspectivas teóricas interdisciplinares e decoloniais, bem como na observação participante nas Marchas de Empoderamento e Orgulho Crespo no Brasil.

Em um primeiro momento, sintetizaremos algumas reflexões teóricas acerca do conceito de infâncias em articulação com o pensamento decolonial, ressaltando as discussões sobre infância enquanto categoria social, segundo Jens Qvortrup; bem como a noção de infância em afroperspectivas de acordo com Renato Noguera. Em um segundo momento, destacamos a noção de infâncias em perspectivas interseccionais, elucidando alguns aspectos sobre as relações entre colonialismo e adultocentrismo, racismo e sexismo. Por fim, refletiremos acerca do caráter decolonial do protagonismo de crianças negras as quais têm sugerido práticas de desobediência epistêmica e resistência aos campos ideológicos do racismo por meio do empoderamento crespo.

¹Este artigo é parte da tese de doutorado intitulada “XXXXXXXXXX”, vinculada à linha de pesquisa de “XXXXXX” do Programa de XXXXXXXX).



Infâncias e Pensamento Decolonial

De acordo com a Sociologia da Infância as crianças são reconhecidas como sujeitos de direito, atores sociais e produtores de cultura. Desse modo, este campo do conhecimento nos ajuda a refletir sobre as suas condições de vida, compreendendo-as como agentes, pois a infância é entendida como uma categoria geracional construída socialmente, ou seja, o contexto no qual elas estão inseridas impacta diretamente sua situação de vida, podendo compor um cenário de exclusão social ou de privilégios materiais. Neste aspecto, a Sociologia da Infância oferece ferramentas epistemológicas e metodológicas pertinentes para o questionamento das condições de subalternidade e exclusão em que as crianças têm vivido, especificamente as negras; além de possibilitar reflexões sobre os caminhos para a emancipação social da infância por meio de epistemologias decoloniais².

Uma importante referência teórica neste campo da Sociologia da Infância é o sociólogo Jens Qvortrup. Ele defende que, na estrutura social, a infância é uma categoria geracional (2010), o que indica a pertinência de utilizar a categoria geração para evidenciar as crianças como unidade de observação. Dito de outro modo: conceber a infância como construção social ou categoria estrutural promove a ideia de que ela “é uma estrutura permanente em qualquer sociedade, mesmo que seus participantes sejam regularmente repostos” (QVORTRUP, 1991).

Pensar a infância a partir da teoria de Qvortrup possibilita entender que as relações e as práticas sociais são atravessadas pela desigualdade na distribuição de poder, de recursos e de direitos entre adultos e crianças, revelada por meio da negatividade atribuída às crianças— caracterizadas pelo ‘ainda não’ ou pelo prefixo ‘in’ – e pelo tratamento da infância como estágio preparatório, formativo, como tempo de passagem. Reconhecer a infância como categoria na estrutura social rompe com essa concepção e permite considerá-las como participantes de uma rede de relações complexas para além da família e da escola.

Segundo a perspectiva de Jen Qvortrup (2010): “Em termos estruturais, a infância não tem um começo e um fim temporais, e não pode, portanto, ser compreendida de maneira periódica. É compreendida, mais apropriadamente, como uma categoria permanente de qualquer

² Neste artigo, consideramos a noção de epistemologias decoloniais enquanto uma ferramenta político-ontológica para a desconstrução de metanarrativas acerca das relações de poder entre saberes coloniais e saberes dos povos tradicionais.



estrutura geracional” (p. 635). O autor sinaliza, portanto, que a infância também pode ser encontrada em adultos. De acordo com sua perspectiva:

É preciso ter-se em mente que, enquanto categoria estrutural, a infância é separada da criança como indivíduo, e, por conseguinte o método para adquirir percepções, tanto históricas quanto geracionais, acerca da infância não demanda necessariamente que as crianças sejam diretamente observadas ou questionadas. O que estamos buscando é o universo das crianças ou a estrutura em que elas vivem suas vidas (p. 639).

Coincidindo com esse ponto de vista Renato Noguera (2019a) afirma que a infância é uma condição existencial não-exclusiva da espécie humana, envolvendo a vida de todos os seres independente de sua fase cronológica. O autor afirma o seguinte: “Aqui interpretamos ligeiramente, porque não temos espaço para longas digressões, não se trata apenas das crianças. Mas, de uma outra categoria: infância. Uma condição através da qual as crianças se expressam com mais frequência do que os adultos” (p. 130). Desse modo, a definição filosófica da infância em uma afroperspectiva pode ser entendida como ‘*cosmosentidos*’, os quais possibilitam que experiências de vida sejam reelaboradas e reinauguradas em função da descolonização das relações sociais (NOGUERA, 2019a).

Nesse sentido, é possível afirmar que Renato Noguera (2019a; 2019b) propõe projetos existenciais pautados em infâncias decoloniais coexistindo enquanto resistência a um sistema social no qual vigora a colonialidade do poder³ (QUIJANO, 2005) como modelo epistêmico. Segundo o filósofo, infâncias decoloniais em afroperspectivas são provocações políticas e existenciais que não estão preocupadas com o desenvolvimento, o avanço e o progresso: “Nossa aposta é quase uma inversão, voltar ao tempo em que brincar era a única maneira de nos relacionarmos com outros seres, conosco e com o mundo” (2019b, p. 66). Isto porque, ao nos afastarmos da condição existencial brincante da infância quando nos tornamos adultos, criamos sérios obstáculos à criação de novos modos de vida. Nas suas palavras:

Diante de tudo isso, o que significa propor a infância em afroperspectiva? Assumir que a infância inscreve-nos uma provocação grave e profunda. O papel da cultura não é o desenvolvimento de uma sociedade, tampouco fazer da vida, em sua dimensão individual, um projeto de amadurecimento. Pelo contrário, o objetivo mais radical da

³ Aníbal Quijano é um sociólogo e pensador peruano que propôs em seu clássico texto “*Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*” (2005) a ideia de que o poder colonial tem se perpetuado na América Latina mesmo com as independências das colônias, ou seja, as relações sociais e as relações de poder pautam-se no eurocentrismo enquanto matriz cultural.



existência estaria em nunca esquecermos de nossa infância, daquilo que nos torna seres viventes: a capacidade de reinventarmos a nós mesmos e o mundo de acordo com as necessidades próprias de existir (2019-b, p. 66).

Em outros termos, a infância em afroperspectiva como uma alternativa ao epistemicídio⁴ oferece ferramentas analíticas e metodológicas para a descolonização do pensamento, pois conduz a outros modos de compreensão da realidade pautados em perspectivas pluriversais de mundo. Refletindo sobre este caráter, a decolonialidade das infâncias significa transgredir às normas impostas em uma sociedade na qual se consolidou o sistema eurocêntrico colonialista responsável por fundamentar as injustiças sociais. Sobre esse ponto, o filósofo Renato Noguera (2019b) aponta que as infâncias em afroperspectivas podem constituir rotas decoloniais para a construção de paradigmas que se distanciem das discriminações:

Afinal, racismo, assim como misoginia, machismo, lgbtfofia, adultocentrismo, discriminação de pessoas com deficiências e todas as formas de opressão não têm soluções mágicas. Mas, nossa aposta teórica é de que as alternativas passam pela infância. Por essa infância que descrevemos como condição de experiência humana (p. 66).

Desse modo, a decolonialidade da infância oferece subsídios filosóficos para se propor uma reinvenção de nossas relações interpessoais, considerando uma ruptura com as hierarquizações sociais e se inspirando na pluriversalidade de mundo composta pelas diferenças. Dialogando com esta reflexão, é imprescindível também considerar a noção de infâncias em perspectivas interseccionais, a fim de elucidar as complexidades inerentes ao processo de entrelaçamento entre raça/etnia, gênero, classe social, nacionalidade/territorialidade, religião, geração, orientação sexual, capacidade. Este aspecto será abordado na seção seguinte.

Infâncias em Perspectivas Interseccionais

Uma importante proposta de conceituação da interseccionalidade foi elaborada por Carla Akotirene (2018a) e embasada em uma

⁴O termo epistemicídio pode ser entendido como apagamento dos saberes de povos africanos e indígenas em função da perpetuação da legitimidade epistemológica ocidental. Foi cunhado por Mogobe Ramose e pode ser definido como “(...) o assassinato das maneiras de conhecer e agir (...)” (RAMOSE, 2011, p. 06).



afroperspectiva⁵ enquanto forma de construir conhecimento por meio de epistemologias não-ocidentais. Sua elaboração do conceito de interseccionalidade parte da luta antirracista e de paradigmas alicerçados por teorias filosóficas afroperspectivistas. Em entrevista concedida a ao GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra, Akotirene constata:

Interseccionalidade é uma ferramenta metodológica disputada na encruzilhada acadêmica. Trata-se de oferta analítica preparada pelas feministas negras. Conceitualmente ela foi cunhada pela jurista estadunidense, a professora da teoria crítica de raça Kimberlé Crenshaw, no âmbito das leis antidiscriminação. (...) É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. Infelizmente agora sofre os perigos do esvaziamento, pois caiu no gosto acadêmico das branquitudes. Fala-se muito de feminismo interseccional sem trabalhar o paradigma afrocêntrico, de forma desconexa da origem, fundamento e propostas epistemológicas das feministas negras (AKOTIRENE, 2018b, s/p).

Diante desses argumentos, indagamos: como os processos de entrelaçamento entre: raça/etnia, gênero, classe social, nacionalidade/territorialidade, religião, geração, orientação sexual, têm moldado a vida das crianças? A revisão da bibliografia evidenciou que muitos estudos acadêmicos e debates políticos têm se utilizado da ferramenta conceitual da interseccionalidade para guiar práticas que visem diminuir desigualdades como ponto de partida para mudanças sociais (NUNES, 2016, VIVEROS VIGOYA, 2018).

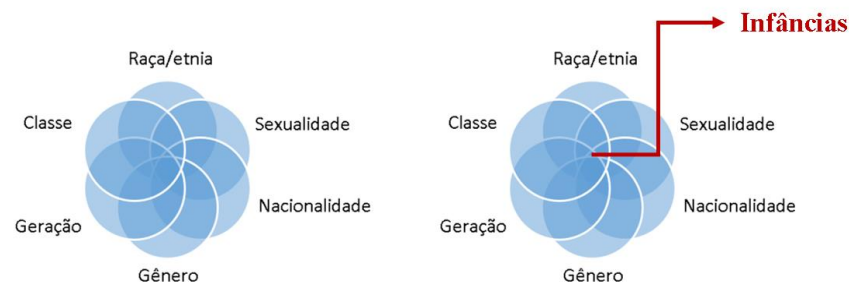
Desse modo, propomos nesta seção, uma breve análise interseccional sobre as infâncias a fim de elucidar alguns aspectos acerca das relações entre colonialismo e adultocentrismo⁶, racismo e sexismo, embasadas em pressupostos teóricos do campo de estudos da Infância. As duas imagens a seguir foram criadas a fim de explicar graficamente as dinâmicas da interseccionalidade diante da complexidade de processos

⁵ Esta teoria elaborada por Molefi Asante na década de 1980 considera os povos africanos em diáspora como sujeitos com poder de agenciar sua própria imagem cultural e agindo de acordo com seus próprios interesses (ASANTE, 2009, p. 93).

⁶ Modelo que tem silenciado crianças em um mundo colonialista o qual tem concedido privilégios simbólicos e materiais aos adultos, homens, brancos de classe alta. De acordo com Márcia Gobbi (1997): “O termo adultocêntrico aproxima-se aqui de outro termo bastante utilizado na antropologia: o etnocentrismo: uma visão de mundo segundo a qual o grupo ao qual pertencemos é tomado como centro de tudo e os outros são olhados segundo nossos valores, criando-se um modelo que serve de parâmetro para qualquer comparação. Nesse caso o modelo é o adulto e tudo passa a ser visto e sentido segundo a ótica do adulto, ele é o centro” (p. 26).

em se tratando das desigualdades e do desenvolvimento de relações sociais.

Figura 1: Interseccionalidades e Infâncias em Perspectiva Interseccional



Fonte: XXX

Ambas imagens acima ilustram intersecções entre os seguintes marcadores sociais da diferença: raça/etnia, sexualidade, nacionalidade, gênero, geração e classe. Entretanto, a imagem da direita explora também a possibilidade de compreender as intersecções a partir de um ponto de vista decolonial com base na perspectiva das infâncias, consideradas neste artigo como uma condição existencial (NOGUERA, 2019) e como uma categoria social (QVORTRUP, 2010).

Com efeito, ressaltamos que é fundamental conduzir discussões e realizar análises sobre as infâncias em crianças e em adultos. Entretanto, visto que as crianças negras em contextos de exclusão ideológica criados pelo colonialismo ocasionalmente têm resistido às opressões, com elas podemos aprender caminhos que produzam mudanças nas relações de poder. Consideramos aqui, que a produção de agenciamentos e estratégias alternativas às perspectivas universais validadas pela racionalidade ocidental podem ser vislumbradas a partir da concepção interseccional de infâncias e suas potências (XXXXX).

Nesse sentido, é imprescindível construir uma análise relacional entre branquitudes e negritudes a partir de uma perspectiva interseccional no campo da infância a fim de elaborar melhores compreensões acerca desses processos. Em primeiro lugar, é importante considerar os privilégios materiais e simbólicos da branquitude operando desde as dinâmicas da infância em crianças brancas. Em segundo lugar, é fundamental enfatizar as potencialidades das crianças negras, além de



ressaltar também suas resistências cotidianas contra as estruturas coloniais do racismo, sexismo e do adultocentrismo (XXXXXXX).

Míghian Danae Ferreira Nunes (2016), em sua pesquisa sobre crianças negras e racismo, também discute as conexões entre crianças e o racismo em articulação com as categorias de sexo-gênero, ressaltando que a participação social de crianças na sociedade ocidental também deve levar em consideração uma perspectiva interseccional. Nas suas palavras:

As crianças vivem numa sociedade que, por mais que não se queira ver racializada, mantém uma série de ações e atividades que denotam que este marcador é utilizado para definir lugares e espaços. Percebem também que o mundo em que vivem é um mundo adulto e neles, dificilmente conseguem reconhecimento de que são pessoas e fazem parte. Pouco a pouco, porém, percebem que esta participação é cada vez mais restrita, de acordo com sua condição de raça, classe e gênero. Como lidam com essas percepções? Como reelaboram, dentro de suas relações raciais, estas apreensões? Como e quando percebem que as categorias acima apresentadas estão em intersecção? Em quais momentos da infância elas acessam estes elementos raciais e de gênero para identificar-se e reforçar sua autoestima e em quais não? (NUNES, 2019, p. 408).

Seguindo este raciocínio, as vivências das crianças podem estar sendo limitadas em função do racismo e sexismo, pois na sociedade ocidental estas hierarquizações se consolidam estruturalmente a partir da manutenção intencional de valores eurocentrados transmitidos às crianças. Sendo assim, visto que se trata de um processo constante e influenciado por múltiplos fatores, talvez não seja possível identificar precisamente o momento em que os elementos raciais e de gênero passam a constituir as identidades nas crianças, pois é importante considerar a ancestralidade e os aspectos transgeracionais, principalmente ao analisar experiências afrodiáspóricas. Entretanto, é pertinente afirmar que tais elementos, atuando como marcadores sociais da diferença, ocorrem desde as primeiras vivências de crianças, principalmente em territórios marginalizados historicamente.

Conforme já mencionamos, o campo de estudos sobre interseccionalidade tem desenvolvido muitas discussões em torno das especificidades e das subordinações enfrentadas pelas mulheres negras (CURIEL, 2011), sendo que a constituição de subjetividade atravessada por raça e gênero se inicia na mais tenra idade. Nesta perspectiva mulheres negras já foram meninas negras muitas delas buscando resistir ao modelo eurocêntrico e produzindo conhecimento a partir das suas



experiências embasadas nas intersecções. O racismo estrutural atua construindo privilégios e concedendo superioridade racial a homens brancos, adultos, heterossexuais e de classe alta. Nesta dinâmica, a população negra com suas crianças, meninas e meninos, segue inserida em uma lógica da colonialidade do poder, a qual objetiva a subordinação de povos colonizados em função da manutenção da hegemonia cultural, política e econômica dos colonizadores (QUIJANO, 2005).

Na esteira dessa análise, o sistema colonial de gênero é caracterizado pela hierarquização entre raça, gênero e sexualidade. Instaurado após a colonização, este modelo hierárquico de desigualdade é responsável pela interpretação dicotômica das experiências, como no binarismo de gênero (LUGONES, 2008). É o processo de colonização que originou e segue fundamentando a existência da categoria de gênero, bem como a hierarquização do gênero masculino sobre o gênero feminino, pois as sociedades pré-coloniais, segundo algumas autoras não eram marcadas por tais construções sociais⁷ (LUGONES, 2008; OYĒWÙMÍ, 1997). Porém, em um sistema colonial, os dualismos ganham proeminência e, desse modo, torna-se importante examinar a interseccionalidade entre gênero e raça em crianças. Acerca das especificidades da infância em meninas negras, a autora Míghian Nunes (2016) afirma o seguinte:

Como as mulheres negras, este grupo também está exposto às opressões vividas por elas, relacionando estas opressões ao fato de serem crianças, ou seja, a idade aqui surge como mais um eixo de subordinação. Assim, cabe também aos estudos que desejem discutir relações raciais entre as crianças a atenção para estas intersecções, que podem oferecer caminhos de pesquisas e novos problemas. Convém perguntar se e como o racismo e sexismo a que as mulheres negras são submetidas alteram as percepções do ser menina/ser mulher, como estas meninas negras constroem sua autoestima ou veem sua participação na sociedade, como elas têm enfrentado as opressões a que estão submetidas (NUNES, 2016, p. 413).

Uma análise interseccional entre raça/etnia e gênero acerca do desenvolvimento de crianças também leva em consideração a constituição da subjetividade de meninos negros, visto que estes também sofrem as consequências do racismo em intersecção com o sexismo, sendo influenciados desde muito cedo a reproduzirem um padrão de

⁷Nesse sentido, entendemos que, mesmo ainda sendo necessário discutir sobre os binarismos de gênero em crianças negras na perspectiva da desigualdade social e a partir das articulações interseccionais em meninas e meninos, também é pertinente realizar metacríticas que extrapolem a lógica binária e dualista de gênero a fim de nos aproximarmos de uma afroperspectiva que se distancie da ontologia que envolve as categorias ocidentais.



masculinidade⁸ centrado em valores ocidentais (VIVEROS VIGOYA, 2018). Sendo assim, o empoderamento de meninos negros também é fundamental para que cresçam comprometidos com a busca pelo conhecimento de suas raízes ancestrais, não se envergonhando de seus sentimentos e emoções diante da sociedade colonial. Esta construção de masculinidade pode ser associada ao projeto colonial de escravização de povos africanos, a qual propaga o pensamento de que homens negros são perigosos e brutos, objetificando seus corpos.

Diante desta perspectiva dicotômica e maniqueísta, meninos negros podem estar crescendo imersos em armadilhas coloniais que os têm distanciado de suas potencialidades futuras enquanto homens negros a partir da construção de estereótipos de masculinidade em um sentido essencialista. Por outro lado, a disseminação de práticas que visem empoderar meninos negros são fundamentais para que a população negra no Brasil se conscientize sobre as consequências do projeto ideológico de miscigenação e embranquecimento da população negra no Brasil.

Alisa não, mãe!: Crianças negras e Desobediências epistêmicas

A estética negra dos cabelos crespos em movimento é capaz de oferecer condições simbólicas e subjetivas (GOMES, 2017; GOMES, 2008) para que novas perspectivas em oposição aos campos ideológicos do racismo se desenvolvam com protagonismo de crianças negras. Crianças que reivindicam por liberdade sobre seus corpos contrariando o projeto de embranquecimento estético, possivelmente terão maior autonomia para lidar com as máscaras coloniais evitando que se fixem sobre a pele negra (FANON, 2008), processo que tem ocorrido na diáspora já desde a infância.

Nesse sentido, a mudança cultural almejada pelos Encontros e Marchas de Orgulho e Empoderamento Crespo no Brasil é que o alisamento compulsório deixe de ser a norma padrão sobre as cabeças de pessoas negras e que o racismo estético e epistêmico seja substituído por processos de descolonização subjetiva. Por exemplo, a discussão sobre rompimento do alisamento compulsório em crianças com o projeto “*Alisa*

⁸Sobre este tema, ver o trabalho de Mara Viveros Vigoya “*As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*” (2018).



*não, mãe!*⁹, pode embasar discussões sobre descolonização epistemológica com base na ressignificação estética em crianças a fim de promover autoestima, afrosubjetividade e consciência racial. Sendo assim, ao pedirem que suas famílias não alisem seus cabelos crespos, o projeto “*Alisa não, mãe!*”, posiciona as crianças como agentes que têm voz ativa para pedir aos adultos que não as insiram na lógica do branqueamento com os alisamentos compulsórios (XXXX). Por outro lado, para que as vozes das crianças sejam escutadas, este movimento também precisa ser interligado à elaboração étnico-racial de adultos negros a fim de possibilitar que as crianças tenham referenciais positivos (XXXXXXXXX).

Outro exemplo de movimento social de valorização da estética negra em crianças foi o Encontro de Crianças Crespas ocorrido em outubro de 2018 na ONG Raízes do Norte Goiano na cidade de Estrela do Norte no interior do estado de Goiás. O objetivo deste encontro foi promover reflexões acerca da estética negra e relações étnico-raciais a partir das próprias produções artísticas de crianças, sendo onze meninas com idade entre seis e treze anos. A ação foi elaborada e mediada pela pesquisadora (XXXXX).

O Encontro foi realizado em um único dia e, de maneira geral, consistiu em três momentos distintos: 1) roda de conversa com o objetivo de conhecer melhor as participantes do grupo e estabelecer discussões preliminares, a partir de uma linguagem acessível às crianças, sobre relações étnico-raciais, afrosubjetividade, estética negra, autoestima e cabelos crespos; 2) elaboração individual de um autorretrato por cada criança em um caderno (figura 02 e figura 03); 3) pintura coletiva para completar a pintura de um busto de uma pessoa negra (figura 04) com o objetivo de propiciar uma experiência em grupo de expressão corporal por meio da arte, tendo em vista as dinâmicas raciais. Algumas imagens desse encontro podem ser vistas a seguir, entre elas, uma foto da elaboração do autorretrato, um desenho feito por uma menina de onze anos, com uma autodescrição; e uma pintura em tela da imagem de uma mulher negra, feita coletivamente.

⁹ O projeto foi idealizado pela fotógrafa Carolina Castro com o objetivo de realizar ensaios fotográficos de crianças crespas, sendo amplamente divulgado via internet em redes sociais. Posteriormente, foi sendo também incorporado nas marchas e encontros.

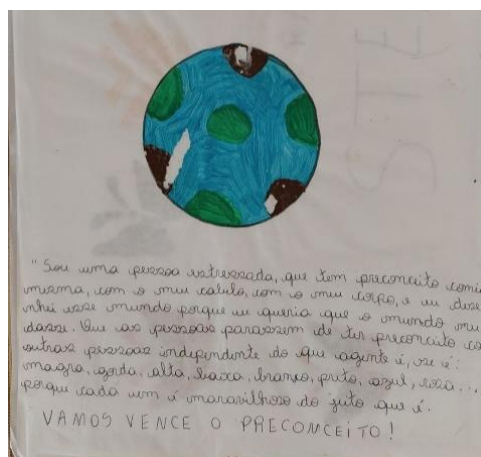
Fonte: <https://mdemulher.abril.com.br/cabelos/alisa-nao-mae-projeto-valoriza-a-beleza-negra-desde-a-infancia/>

Figura 2: Crianças realizando o autorretrato



Fonte: Foto tirada pela autora.

Figura 3: Desenho e descrição de Camila



Fonte: Foto tirada pela autora.

"Sou uma pessoa estressada, que tem preconceito comigo mesma, com o meu cabelo, com o meu corpo, e eu desenhei esse mundo porque eu queria que o mundo mudasse. Que as pessoas parassem de ter preconceito com outras pessoas independente do que agente é, se é: magra, gorda, alta, baixa, branco, preto, azul, rosa... porque cada um é maravilhoso do jeito que é. VAMOS VENCE O PRECONCEITO!" (11 anos de idade).



Figure 4: Pintura em tela: preenchendo olhos e cabelos coloridos



Fonte: Fotos tirada pela autora.

Ao final do Encontro, perguntei como seria o cabelo de cada uma, se estivesse natural e sem alisamento. Elas disseram que não saberiam falar, pois alisavam o cabelo desde muito criancinhas. Finalizamos a conversa falando um pouco sobre transição capilar. Elas não sabiam como era esse procedimento, então expliquei como funcionava e contei minha própria experiência durante a transição capilar. Elas gostaram muito de saber que é possível deixar o cabelo enrolar novamente. Por fim, conversamos sobre a importância de se fortalecerem como grupo, pois, apesar das diferenças entre nós, todas ali eram lindas e fortes, como nossos cabelos crespos (XXXXX).

Podemos perceber como a versatilidade e imprevisibilidade características em crianças concedem mais potência aos movimentos sociais de valorização de cabelos crespos, pois permitem vir à tona o novo, recriando constantemente novas estratégias de posicionamento político. Durante a oficina, as crianças mostraram abertura para participar da proposta e o fato de terem gostado de saber que é possível deixar o cabelo “enrolar novamente” sugere elas possam vir a questionar o alisamento compulsório futuramente.

A concepção dessa oficina partiu de considerar, primeiro, que as crianças negras ainda não tiveram tempo de vida suficiente para consolidar a sistematização histórica e a consciência crítica de sua matriz cultural após a diáspora, aos seus olhos, os debates em marchas e encontros sobre valorização de sua estética podem ter interpretações para além dos efeitos do racismo. Mesmo crianças negras ainda bem pequenas, utilizam o choro como linguagem de resistência ao racismo como forma de resistência e transgressão frente à racialização (SANTIAGO, 2014).



Segundo, que as resistências não seriam habilidades exclusivas das pessoas adultas com consciência racial adquirida a partir de conhecimentos históricos e aprofundamento teórico, pois as hierarquias acerca das relações sociais e afetivas no racismo já são colocadas e sentidas desde o nascimento em um sistema colonial. Desse modo, fazer a leitura de crianças negras como resistentes políticas que podem apresentar posturas antirracistas por já terem nascido em um contexto de injustiças raciais e apagamentos existenciais, permitiria um entendimento mais aprofundado sobre comportamentos considerados como “desobedientes” (XXXXX).

Terceiro, (re)aprender métodos antirracistas com as crianças negras significa abrir uma fenda espaço-temporal, a fim de construir atalhos na luta por emancipação e protagonismo. Ora se a infância é uma condição existencial pautada em potencialidades criativas, e se as crianças negras ainda tiveram pouco contato com as estratégias sofisticadas de embranquecimento e colonização psíquica; é muito provável que algumas reflexões e práticas antirracistas possam ser originadas nessa convergência de contextos (XXXXX).

Em outras palavras, ter muitas vivências em território racista, sem reflexões que as tornem conscientes desses processos, significa ficarem mais expostas aos danos provocados pelo sistema histórico de desumanização do embranquecimento. Em contrapartida, o pouco tempo de vida das crianças consequentemente pode diminuir também sua exposição a situações racistas, diferente dos mais velhos que, por talvez já terem enfrentado muitas vivências, podem apresentar danos psíquicos mais profundos em sua subjetividade. Talvez, as infâncias negras possam ser a chave da reinvenção, pois além de não terem uma longa caminhada em um mundo racista e colonial, carregam em seu próprio corpo as raízes mais profundas e as mais tenras memórias da ancestralidade africana (XXXXXXXX).

Crianças agitam e estão sempre em movimento, buscando oxigenar perspectivas estáticas, bem como os próprios movimentos sociais. Crianças, já são consideradas epistemicamente desobedientes, do ponto de vista adultocêntrico, e esse é também um fundamento importante em movimentos sociais que são caracterizados pela reivindicação por mudança. De acordo com Walter Mignolo (2008, p. 287): “toda mudança de descolonização política deve suscitar uma desobediência política e epistêmica”. Sendo assim, buscar a perspectiva das infâncias para compreender os encontros e as marchas de valorização



estética pode ser considerada como uma crítica ao paradigma ocidental de racionalidade.

Considerações Finais

Neste artigo, buscamos situar as infâncias como pilares existenciais imprescindíveis para se propagar o pensamento decolonial, refletir sobre perspectivas interseccionais e justificar as desobediências epistêmicas a fim de vislumbrar novas produções epistemológicas, estéticas, éticas e políticas que se distanciem das elaborações subjetivas coloniais.

Embasadas na literatura, compreendemos que as crianças negras, em suas resistências cotidianas encontram-se em num lugar privilegiado para conduzir reflexões acerca de caminhos possíveis para a efetiva descolonização do pensamento, visto que ainda tiveram, provavelmente, pouco contato com regras de conduta em uma sociedade estruturalmente racista. Desse modo, propomos uma interpretação acerca das potências de crianças negras em diáspora.

Entendemos aqui, que uma análise política e interseccional de infância enfatiza a capacidade de influência de crianças na transformação a longo prazo das dinâmicas sociais, para além das vulnerabilidades legitimadas pela colonização. Assim, as relações entre interseccionalidade e infâncias podem se dar por via de mão dupla: as infâncias podem ser melhor interpretadas por meio de articulações interseccionais e a interseccionalidade se torna ainda mais complexa quando examinada a partir dos valores criativos e transgressores das infâncias.

Neste artigo também apresentamos exemplos de propostas voltadas ao fortalecimento das raízes estético-políticas em crianças negras por meio de atividades de empoderamento cresco. Com o *Encontro de Crianças Crespas* promovido pela ONG Raízes do Norte Goiano em 2018, pudemos perceber que as crianças têm muitas potencialidades para driblar o racismo, o sexismo e o capitalismo, a depender das circunstâncias que cada uma delas enfrentará. Consideramos que saberes decoloniais possam emergir das ações de crianças em movimentos sociais, nos auxiliando a desaprender os enrijecidos moldes epistêmicos coloniais.

Em suma, como resistência ao adultocentrismo, propomos que, possivelmente, a infância ofereça algumas pistas para desmontar padrões rígidos a partir de seu caráter criativo, inovador e plural. Isto porque, de



acordo com nossa interpretação, é importante que a infância seja caracterizada intrinsecamente por sua condição ontológica de promover: autonomia do pensamento, desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008), crítica ao autoritarismo, liberdade de expressão, resistência à opressão e revolução cultural.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2018a.

_____. O que é interseccionalidade? Entrevista concedida a Geledés, Instituto da Mulher Negra. *Geledés*, 08 set. 2018b. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

ASANTE, Molefi. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.

XXXXXXXXXX. XXXXXXXXXXXXX. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação XXXXXXXXXXXX,

CURIEL, Ochy. *Género, raza, sexualidad: debates contemporáneos*. Universidad del Rosario, Colômbia, 2011. Disponível em: http://www.urosario.edu.co/urosario_files/1f/1f1d1951-of7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf. Acesso em: 19 nov. 2019.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Larisse Louise Pontes. “Posso tocar no seu cabelo?” *Entre o “liso” e o “crespo”: Transição Capilar, uma (re)construção identitária?* Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.



LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, Colômbia, n. 9, p. 73-101, jul./ dez. 2008.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Dossiê: Literatura, língua e identidade, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

NOGUERA, Renato. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. *Momento: diálogos em educação*, v. 28, n. 1, p. 127-142, jan./ abr. 2019-a.

_____. Infância em Afroperspectiva: Articulações Entre Sankofa, Ndaw E Terrixistir. *Revista Sul-Americana De Filosofia E Educação (RESAFE)*, (31), 53-70, 2019-b.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. Cadê as crianças negras que estão aqui? O racismo (não) comeu. *Latitude*, Maceió, v. 10, n. 2, p. 383-423, 2016.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *The Invention of Women: Making na African Sense of Western Gender Discourses*. University of Minnesota Press; 1 edition, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

QVORTRUP, Jens. *Childhood as a Social Phenomenon – An Introduction to a Series of National Reports*. Eurosocial - Report 36/1991. Vienne European Centre, 1991.

_____. A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-643, 2010.

RAMOSE, Mogobe. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. *Ensaios Filosóficos*, v. 4, p. 06-24, out. 2011. Disponível em: http://www.ensaiofilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf. Acesso em: 19 ago. 2020.



SANTIAGO, Flávio. *“O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado”*: Hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

VIVEROS VIGOYA, Mara. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

WARKEN, Júlia. *“Alisa não, mãe!”: projeto valoriza a beleza negra desde a infância*. 2015. Disponível em: <https://mdemulher.abril.com.br/cabelos/alisa-nao-mae-projeto-valoriza-a-beleza-negra-desde-a-infancia/>. Acesso em: 26 jan. 2019

Childhood decolonial, Intersectionality and Epistemic Disobedience

RESUMEN/ABSTRACT: This article aims to reflect on the links between the following concepts: childhood, decoloniality, intersectionality and epistemic disobedience. The article is based epistemologically on some interdisciplinary and decolonial theoretical perspectives, and the methodology was based on participant observation in marches and meetings to value black aesthetics between 2014 and 2019 in nine capitals of Brazil. At first, we synthesize theoretical articulations between decolonial thinking and the notions of childhood according to Jens Qvortrup and Renato Nogueira. Subsequently, we discussed childhood in intersectional perspectives. Finally, we emphasize that the aesthetics of curly hair in motion is capable of offering symbolic and subjective conditions for the development of new perspectives of resistance to the ideological fields of racism, with the protagonism of black children, through epistemic disobedience.

PALABRAS CLAVE/KEYWORDS: Childhood Decolonial. Interseccionalidade. Epistemic Disobedience. Black Children. Afro Hair.

Maylla Monnik Rodrigues de Sousa CHAVEIRO

Instituição

Doutora pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC),

Mestra e Bacharela em Psicologia (UFMS).

e-mail: maylla.chaveiro@gmail.com

Luzinete Simões MINELLA

Universidade Federal de Santa Catarina

Doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México

(UNAM), professora adjunta aposentada da UFSC.

e-mail: simoesluzinete@gmail.com

Recebido em: 01/03/2021

Aprovado em: 05/05/2021